

**O COMBATENTE VESPERTINO: A CAMPANHA DE MOBILIZAÇÃO CIVIL  
NO JORNAL *A NOITE* DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1942)**

**Vandré Aparecido Teotônio da Silva**

**Doutor em História Social**

**Universidade de São Paulo**

[vandreteotonio@yahoo.com.br](mailto:vandreteotonio@yahoo.com.br)

Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) em 1942, após a sequência de ataques aos navios brasileiros por embarcações ligadas aos países do Eixo – realizados, sobretudo, por submarinos alemães – o país decidiu em um primeiro momento, janeiro de 1942, declarar o rompimento de suas relações diplomáticas com os países agressores para, em agosto daquele ano, anunciar que estava formalmente em guerra ao lado dos Aliados. Influenciado por uma onda revanchista que tomou conta dos países americanos, sob pressão político-econômica estadunidense após o ataque japonês a base naval de *Pearl Harbor* (dezembro de 1941) no Havaí, verificou-se a formatação de campanhas de mobilização civil pensadas pelo Estado Novo que procuravam envolver a população brasileira no esforço de guerra Aliado e, nesse sentido, a colaboração jornalística de *A Noite* nessas campanhas foi fundamental para o desenvolvimento de uma mentalidade de guerra que estava se iniciando no Brasil.

O jornal *A Noite*, incorporado pela ditadura varguista em 1940 às Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional (EIPN) – autarquia que congregava o espólio empresarial da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande – passou a ser utilizado como instituição de comunicação social que assumiu o papel de porta-voz das ações comunicacionais do Estado Novo, seguindo, sem ressalvas, como uma espécie de veículo oficial que veiculava os projetos de Brasil daquela ditadura. Cumprindo a cartilha comunicacional estadonovista, o periódico buscou reforçar essas campanhas promovendo um movimento de mobilização civil em torno do esforço de guerra da ditadura.

Além do habitual apoio comunicacional de *A Noite*, a ditadura também contou com a adesão de entidades civis que colaboraram com a execução dos projetos oficiais mobilizadores, tais como a Legião Brasileira de Assistência (LBA), a Escola de

Enfermagem Anna Nery (EEAN), a Escola Técnica de Serviço Social do Rio de Janeiro (ETSSRJ) e a Cruz Vermelha Brasileira (CVB) que, sob tutela estatal, desempenharam relevante papel na mobilização da sociedade em prol do esforço de guerra.

Assim sendo, compreendemos que o processo de mobilização civil para a guerra empreendida pelo Estado Novo com amplo apoio comunicacional do jornal *A Noite* – sem contar a mobilização militar propriamente dita – contribuiu para a formatação de uma memória sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial que, levanta possibilidades de pesquisa e ensino sobre esse episódio na história política brasileira. Resgatar esse processo de construção da memória sobre aquele conflito mundial, mostra-se necessário para problematizar como essas instituições da sociedade civil organizada colaboraram com o esforço de guerra Aliado e, sobretudo, como um jornal intimamente ligado aquela ditadura, pode reforçar essa memória através da construção da cotidiana da notícia.

A mobilização civil, publicizada por *A Noite*, demonstra um rápido amadurecimento do pensamento participativo civil na guerra: iniciada timidamente por algumas ações isoladas durante o ano de 1941, tais campanhas e projetos executados pelo regime e seus apoiadores civis ganharam força, num primeiro momento, com o rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e países do Eixo, em janeiro de 1942, e, poucos meses após, com a decretação do Estado de Guerra contra essas nações, ocorrido em agosto do mesmo ano. Em 1941, por exemplo, as atividades mobilizadoras civis e governamentais se limitaram às campanhas de coleta de metais.

De acordo com o jornal, a mobilização civil, apresentada como essencialmente “espontânea”, estava baseada em três noções inerentes à subjetividade do brasileiro: “Deus, Pátria e Família”. O lema, utilizado também por integralistas na época, por setores conservadores em 1964 e, não se esquecendo, pelos atuais defensores da “intervenção militar” (de 2016 em diante), também foi tratado por *A Noite* em setembro de 1942, que atribuiu à grande participação civil no esforço de guerra a disponibilidade da população em defender os “princípios morais e políticos” da ditadura que eram, na visão do vespertino, compartilhados pelas Nações Unidas. Para *A Noite*, os brasileiros compreendiam e apoiavam as campanhas de mobilização justamente porque eles “[...]”

veneram o seu Deus, adoram a sua Pátria e honram a sua família” (*A Noite*, 4 set. 1942, p. 2, 1. ed.).

A evocação da imagem da família acarretava a convocação das mulheres no esforço de guerra, limitando sua participação a uma posição subalterna em relação ao homem, num primeiro momento, e posteriormente, elas assumiram o protagonismo da mobilização civil, implementando, inclusive, ações diversificadas que envolveram um espectro grande de entidades participantes: nos exercícios de defesa passiva antiaérea, por exemplo, as mulheres atuavam como enfermeiras “Samaritanas” ou como “Voluntárias Socorristas”; nos postos da Cruz Vermelha Brasileira, desempenhavam funções técnicas na área da saúde; na Escola Anna Nery, instituição de ensino de enfermagem, as mulheres consistiam a maioria dos candidatas aos cursos de primeiros-socorros e congêneres; as voluntárias da LBA, por sua vez, promoviam a campanha Hortas da Vitória, trabalhavam na Cantina do Combatente e, não menos importante, realizavam ações sociais e humanitárias em favor das vítimas e familiares dos afundamentos de navios brasileiros e dos soldados convocados. A ampla atuação da mulher no esforço de guerra a colocava em lugar de destaque no movimento mobilizador civil; contudo, ainda lhe era atribuído um papel secundário em relação ao homem, protagonista das decisões coletivas: até hoje, o mundo da política brasileira ainda é território predominantemente masculino<sup>1</sup>. Uma foto propaganda, por exemplo, publicada no centro da seção *Página Feminina*, edição dominical, trazia mulheres fardadas palestrando alegremente entre si. Acima da imagem, uma legenda sugeria às mulheres: “Quando você encontrar uma amiga, pergunte-lhe: o que é que você tem feito pela Vitória?”. Direcionada às leitoras do jornal, a propaganda, possivelmente produzida pelo próprio órgão, também promovia um autoquestionamento sobre o comprometimento cívico da mulher no processo mobilizador, tinha clara intenção de incentivar o impulso do(a) leitor(a) em tomar a decisão de se mobilizar (*A Noite*, 1 out. 1942, p. 7).

Após o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com o Eixo, em janeiro de 1942, o regime baixou o Decreto-Lei nº 4.098, de 6 de fevereiro de 1942, que instituiu

---

<sup>1</sup> Sobre o papel desempenhado pelas mulheres e enfermeiras durante o período, ver SANTOS, T. C. F., BARREIRA, I. A. A mulher e a enfermeira na nova ordem social do Estado Novo. *Texto Contexto Enfermagem*. 2008 Jul-Set; 17(3):587-93.

o Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea (SDPAA) em todo o território nacional. O texto da lei também determinou que todos os cidadãos acima de dezesseis anos, tanto homens quanto mulheres, eram obrigados a participar dos exercícios promovidos pela instituição, definindo também regras e procedimentos para civis e militares em exercícios e em situações reais de ataque (*A Noite*, 7 fev. 1942, p. 1-3, 1. ed.). Considerando que as práticas de defesa passiva eram novas para a população, o vespertino produziu extensa reportagem no suplemento dominical, explicando não apenas o decreto-lei, mas também fornecendo informações sobre como os civis deveriam se portar nessas situações (*A Noite*, 22 fev. 1942, p. 1, 1. ed.). Contudo, somente em agosto de 1942, após a decretação de guerra contra o Eixo, o regime criaria a Diretoria Nacional do Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea (DNSDPAA), órgão governamental que congregaria todos os serviços de defesa passiva existentes, públicos e particulares, e ficaria subordinado ao Ministério da Justiça. A coordenação da defesa ativa (militares) com a passiva (civis) ficaria a cargo das autoridades militares de cada região (ver edições *A Noite*, 26 ago. 1942, p. 1-2, 2. ed.; 20 set. 1942, p. 2, 1. ed.).

A realização dos exercícios de defesa passiva com participação civil ocorreu primeiramente nas capitais costeiras do Nordeste. Natal, Rio Grande do Norte, foi a primeira cidade a promover o “adestramento da população”: simulando um ataque inimigo, com uso de aviões, o exercício contou com o desligamento total das luzes da cidade e a realização de procedimentos de busca e resgate de sobreviventes (*A Noite*, 2 mar. 1942, p. 1, 1. ed.). Popularmente conhecido por “black-out”, essas dinâmicas públicas mobilizavam uma parte considerável da população que, curiosa, corria às ruas para observar o trabalho das equipes (*A Noite*, 4 mar. 1942, p. 2, 1. ed.). Recife, Pernambuco, era outra capital que estava em situação semelhante à vizinha Natal: devido à sua localização setentrional, a cidade poderia ser alvo de investidas do Eixo, razão que levou a Agência Nacional (AN) a mandar publicar em todos os jornais instruções do comandante da região (não cita o nome) orientando a população de como deveria se portar em caso de ataque aéreo (*A Noite*, 26 fev. 1942, p. 1, 1. ed.). Um comunicado do SDPAA, por exemplo, orientou todos que não estivessem participando das dinâmicas para que não saíssem às ruas para “ver o black-out” pois essa atitude prejudicaria o treinamento, que deveria ser realizado em “condições de realismo” (*A Noite*, 26 out. 1942, p. 1-3, 2. ed.).

Na Capital Federal, os trabalhos do SDPAA tiveram amplo e irrestrito apoio de *A Noite*: o periódico não escondeu seu contentamento ao noticiar que no *Edifício A Noite* funcionaria o primeiro posto de distribuição de instruções da SDPAA à população (*A Noite*, 4 maio 1942, p. 1-2, 2. ed.). A solenidade de inauguração do posto no prédio do jornal foi amplamente noticiada com antecedência e contou com a presença do ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, que, acompanhado por Costa Neto e André Carrazzoni, respectivamente superintendente da *Empresa A Noite* e diretor do periódico, ficariam responsáveis pelos discursos. Segundo o vespertino, a função dos postos de informações (localizados no Palácio Tiradentes, sede do DIP; na Estação Ferroviária Central do Brasil e no *Edifício A Noite*) consistia em promover a “[...] educação da massa popular acerca dos meios de defesa passiva anti-aérea” (*A Noite*, 26 maio 1942, p. 1, 1. ed.).

A cerimônia de abertura do posto *A Noite* foi detalhadamente noticiada pelo periódico: o cabeçalho da capa da edição incluiu fotografias de Dutra, Costa Neto e Carrazzoni discursando para a plateia sob a manchete “Vigilantes na defesa do Brasil!”. A opção dos redatores por essa apresentação gráfica denota intenção do periódico em se associar como colaborador direto da segurança nacional, mas também, enquanto braço auxiliar da ditadura estadonovista. O pronunciamento da tríade, por exemplo, foi publicado em sua íntegra pelo jornal e irradiado por autofalantes instalados nas janelas do edifício, procurando a organização *A Noite* amplificar o alcance de seu “ato patriótico” (*A Noite*, 27 maio 1942, p. 1-3, 1. ed.). Em seu discurso de agradecimento, Dutra considerou que a imprensa brasileira, representada por *A Noite*, “[...] recebe ela o nobre papel de orientar o povo e esclarecê-lo acerca dos múltiplos e complexos problemas da hora grave e difícil que o mundo atravessa”. Já Carrazzoni, em autopromoção, classificou o periódico que dirigia como um “[...] bastião da linha de defesa passiva da cidade”, afirmando, sobretudo, que “[...] entre a espada e a pena, na crônica política brasileira, existem páginas de comovente solidariedade” (*A Noite*, 27 maio 1942, p. 1-3, 1. ed.).

A colaboração da população era esperada pelo regime pois, sem sua concorrência, a realização dos exercícios estaria fadada ao fracasso. Desta forma, a inserção de comunicados do SDPAA no vespertino servia como lembrete aos leitores de sua responsabilidade civil para com a pátria. Em um desses avisos, o SDPAA classificou que todos os brasileiros eram “soldados da terra e do ar”, portanto, um membro nato da

organização. O texto ainda exortou a população a denunciar às autoridades policiais e militares qualquer ato de sabotagem, “inconsciente e consciente”, dos exercícios de defesa passiva (*A Noite*, 9 jun. 1942, p. 1, 2. ed.)<sup>2</sup>. O desligamento da iluminação pública acarretava problemas de segurança pública, levando, conseqüentemente, o regime a criar uma “polícia da defesa passiva”, voluntária e civil, para assegurar que, durante a realização dos apagões, fossem evitados casos de roubos e furtos, crimes que cresciam nessas ocasiões (*A Noite*, 22 jan. 1943, p. 1, 1. ed.).

Diferentemente de Natal e Recife, o SDPAA no Rio de Janeiro realizou o primeiro exercício com um “black-out parcial” em Copacabana (*A Noite*, 4 set. 1942, p. 1, 1. ed.). O lugar para instalação do posto central de comando foi o Cassino Atlântico, contando, inclusive, com a presença de Alexandre Marcondes Filho e Alcides Etchegoyen, respectivamente ministro da Justiça e Chefe de Polícia do Rio de Janeiro (*A Noite*, 7 set. 1942, p. 3, 2. ed.). A realização do exercício foi amplamente noticiada em *A Noite*, que destacou o “sucesso” do treinamento. Segundo o jornal, a existência de “um só pensamento, uma só vontade” no evento foi fundamental para que ele ocorresse conforme o planejado pelo SDPAA (*A Noite*, 8 set. 1942, p. 3, 1. ed.), evidenciando o apelo aos argumentos ideológicos estadonovistas de suposta homogeneidade social e de pensamento. Apesar dos transtornos causados pelo desligamento parcial da iluminação, e o conseqüente fechamento do comércio noturno da região, o periódico comentou em artigo sem autoria que a atividade havia sido um “exemplo de compreensão patriótica” dos moradores do bairro nobre carioca (*A Noite*, 8 set. 1942, p. 3, 2. ed.).

O Rio de Janeiro estava se preparando para um novo “Black-out” e *A Noite* procurava manter seus leitores informados sobre local, data e horário de realização do procedimento (*A Noite*, 11 set. 1942, p. 1, 2. ed.). Esses avisos e comunicados, em forma de notícia e manchete, eram uma maneira do vespertino demonstrar sua colaboração ativa nessas atividades. O Departamento de Imprensa e Propaganda, inclusive, mandou publicar no jornal comunicado com instruções à população sobre como reconhecer avisos e sinais, luminosos e sonoros, de ataques aéreos simulados/reais (*A Noite*, 10 set. 1942, p. 1-2, 2. ed.). Outro método encontrado pelo SNDPAA foi a criação de uma série de

---

<sup>2</sup> Esse comunicado foi publicado em *A Noite* em diversas edições, denotando a utilização da repetição como recurso de convencimento (ver edições *A Noite*, 13 jun. 1942, p. 1, 1. ed.; 17 jun. 1942, p. 1, 1. ed.; 18 jun. 1942, p. 1, 1. ed.).

comunicados com instruções dos procedimentos de defesa passiva para a população, sugerindo que ela “recorte, estude e colecion” os quadros publicados em *A Noite* (*A Noite*, 18 set. 1942, p. 2, 1. ed.)<sup>3</sup>.

O “black-out” também era visto pelo jornal como uma ocasião de sociabilidade: uma reportagem especial na *Página Feminina* sobre a realização de desfile no Automóvel Clube do Rio de Janeiro onde foi apresentado “looks” da loja A Imperial para serem usados durante os apagões. Segundo o texto, os modelos apresentados demonstravam que “[...] as necessidades da guerra não são inconciliáveis com as exigências da moda”, criando-se peças que facilitavam a movimentação do corpo feminino na “[...] magna tarefa da defesa nacional” (*A Noite*, 13 set. 1942, p. 4).

A realização dos “black-out” no Rio de Janeiro durava cerca de trinta minutos apenas. Ao longo desse intervalo de tempo, militares e voluntárias evacuavam as ruas, acionavam sirenes e paralisavam o tráfego de veículos na cidade (*A Noite*, 22 out. 1942, p. 1-7, 2. ed.). Durante a promoção do terceiro treinamento civil na cidade, o *Edifício A Noite* foi utilizado na simulação como abrigo antiaéreo, fato que rendeu extensas reportagens sobre a perfeita execução do procedimento (ver edições *A Noite*, 25 nov. 1942, p. 1-3, 1. ed.; 26 nov. 1942, p. 1-3, 2. ed.; 27 nov. 1942, p. 1-3, 1. ed.). Diferentemente do que ocorria em outras cidades, na Capital Federal, os apagões eram parciais, concentrando-se a realização das simulações de guerra em determinadas regiões da cidade: no centro, por exemplo, o SDPAA chegou a usar “bombas incendiárias” para dar maior realismo ao treinamento (*A Noite*, 4 dez. 1942, p. 1-8, 1. ed.). Já nos bairros Catete, Cinelândia, Lapa e Flamengo, a participação da FAB, que utilizou aviões como em Natal, chegou a causar pânico na população desprevenida, que acreditou estar sendo a capital do país realmente atacada pelo Eixo (*A Noite*, 30 dez. 1942, p. 1-2, 1. ed.)<sup>4</sup>.

A frequência dos apagões parecia, segundo o jornal, não afetar a vida social carioca: os “black-out” pareciam não influir muito na dinâmica vida noturna da cidade pois, mesmo com o desligamento diário da iluminação pública, medida implantada em

---

<sup>3</sup> A escuridão era um problema durante a realização dos treinamentos, pois dificultava a atuação dos voluntários envolvidos. Uma solução encontrada pelo SDPAA foi a aplicação de um “pó luminoso”, material reflexivo, em pessoas e placas para melhorar a visibilidade (*A Noite*, 13 set. 1942, p. 1-3, 1. ed.).

<sup>4</sup> Em Niterói, a simulação da queda de avião inimigo e a atuação de bombeiros e enfermeiras despertou grande curiosidade da população, atraindo um grande número de curiosos (*A Noite*, 19 jan. 1943, p. 1-3, 1. ed.).

1943, bares, cassinos, restaurantes e boates mantinham seus fiéis frequentadores, apontando-se, inclusive, até um aumento no setor<sup>5</sup>. *A Noite* chegou a comparar a manutenção desse hábito noturno do carioca com o dos londrinos que, apesar dos bombardeios constantes, não deixavam de consumir sua cerveja de cada dia (*A Noite*, 24 ago. 1943, p. 3, 1. ed.). O “black-out” além de não influir, e até incentivar a vida boêmia, também era material para o riso: o quadrinho do personagem “Pacífico”, publicado pela Press Alliance Inc., sob o título “Pacífico emerge do ‘black-out’...”, mostrava os dois primeiros quadros da tirinha sob total escuridão para, no terceiro e último, vemos ele atirando com raiva um cachimbo acesso janela a fora, a causa de seu “black-out” (*A Noite*, 23 nov. 1943, p. 1, 2. ed.).

O início dos trabalhos desenvolvidos pelo SDPAA levou o regime a investir em equipamentos públicos de proteção civil: os abrigos antiaéreos. Em fevereiro de 1942, deu-se início à construção de abrigos antiaéreos públicos, visto que esse tipo de edificação ainda não existia no país (*A Noite*, 25 fev. 1942, p. 2, 1. ed.). O Governo Federal anunciou a construção do primeiro abrigo do gênero no Brasil, localizado no subsolo da Estrada de Ferro Central do Brasil (*A Noite*, 23 fev. 1942, p. 1-3, 1. ed.). Embora o governo propagandeasse que construiria novos abrigos pela cidade, afirmando que criaria um sistema de defesa passiva semelhante ao dos EUA (*A Noite*, 8 set. 1942, p. 1-3, 2. ed.), o que que se verificou na realidade foi o aproveitamento da já iniciada construção do Túnel do Leme, que serviu como abrigo improvisado (*A Noite*, 19 set. 1942, p. 1-2, 2. ed.). Dispondo apenas de dois locais considerados seguros em caso de ataque aéreo, a Central do Brasil e o Túnel, a ditadura via como distante a possibilidade de haver bombardeiros sobrevoando a Capital Federal. Vargas, procurando dar credibilidade ao SDPAA, chegou a visitar as obras do túnel-abrigo, afirmando que ele representava os esforços do governo para defender a população (*A Noite*, 4 out. 1942, p. 1-2, 1. ed.)<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> No início de agosto de 1943, o SDPAA determinou que as luzes de residências e comércios, externas e internas, da Avenida Niemeyer até o Calabouço deveriam permanecer desligadas durante a noite. Caso o morador ou comerciante dessa região não atendesse, corria o risco de ser preso pela polícia sob acusação de sabotagem (*A Noite*, 11 ago. 1943, p. 1-3, 1. ed.).

<sup>6</sup> Outra medida da ditadura estadonovista foi determinar que hospitais e clínicas, públicas e privadas, estivessem mobilizados juntos ao SDPAA. A carência de hospitais públicos era evidente, levando o regime a criar “hospitais de emergência” em clubes esportivos e prédios escolares (*A Noite*, 29 ago. 1942, p. 1-3, 2. ed.).

Por outro lado, o SDPAA, com apoio de entidades como a Escola Anna Nery, a LBA e a Cruz Vermelha, conseguiu obter sucesso em mobilizar as mulheres para participarem não apenas dos exercícios de defesa passiva, mas também, influenciando-as a aderirem ao voluntariado nessas organizações. O espaço dedicado pelo jornal ao voluntariado se configurou em mais uma das características de sua participação na mobilização civil da época. Desta maneira, existiam três formas de a mulher atuar como voluntária direta nos serviços de defesa passiva: tornando-se uma “Voluntária Socorrista”, uma “Enfermeira Samaritana” ou uma “Voluntária da Defesa Passiva”.

As Socorristas eram um grupo de mulheres que haviam realizado cursos rápidos de primeiros socorros oferecidos por instituições diversas, tais como a Escola Anna Nery, a LBA e a Prefeitura do Rio de Janeiro. Já as Samaritanas, técnicas de enfermagem de formação, eram voluntárias que realizaram cursos de enfermagem de guerra oferecidos inicialmente pela Cruz Vermelha e, posteriormente, por mais instituições e estavam habilitadas a prestarem o atendimento emergencial a possíveis feridos. As Voluntárias da Defesa Passiva, por sua vez, eram um agrupamento feminino responsável pela orientação de civis para locais seguros e davam auxílio geral em caso de ataque aéreo. Ambas possuíam uniformes próprios que as distinguiam entre si, tática utilizada pelo SDPAA para facilitar a identificação das profissionais pela população em caso de ataque. Esses uniformes podem ser visualizados em uma propaganda da loja de departamentos *À Colegial*, anunciante diário no jornal, divulgando a venda das fardas: para as Voluntárias Socorristas, saia, blusa e um boné preto; para as Samaritanas, o tradicional vestido inteiramente branco; e para as Voluntárias da Defesa Passiva, saia e blusa verde escuro, adornados por um quepe de igual tonalidade (*A Noite*, 26 set. 1942, p. 4, 1. ed.)<sup>7</sup>.

A primeira medida de mobilização de enfermeiras, por exemplo, não foi tomada pelo regime, mas sim pela diretora da Escola Anna Nery, Nair Neto dos Reis, que convocou antigas alunas para se voluntariarem na formação de novas profissionais e no atendimento ao público (*A Noite*, 11 fev. 1942, p. 1-3, 2. ed.)<sup>8</sup>. A entidade oferecia cursos

---

<sup>7</sup> As informações sobre cores dos uniformes dessas voluntárias foram obtidas através de descrição feita pelo jornal (*A Noite*, 9 out. 1943, p. 1, 2. ed.).

<sup>8</sup> Depois da iniciativa da instituição de ensino, o DIP promoveu grande festividade em homenagem ao “Dia da Enfermeira”, onde as alunas de cursos de enfermagem de instituições diversas foram reunidas na avenida e desfilaram para a população. Na cerimônia pública de colação de grau, o órgão anunciou o lançamento do curso “Enfermeiras do Ar”, formação voltada para as profissionais que desejassem ingressar na Aeronáutica (*A Noite*, 21 maio 1942, p. 1-2, 1. ed.). Em 1943, “três enfermeiras de guerra”, formadas pela

rápidos para mulheres na área de primeiros socorros e a primeira turma formada pela instituição foi a de “Socorristas de Guerra”, cerimônia que contou com a presença ministerial de Gustavo Capanema, Educação, Salgado Filho, Aeronáutica, e Dutra, Guerra. Em seu pronunciamento, a diretora da entidade cobrou das autoridades a necessidade de o Brasil aumentar o número de profissionais na área, seja em tempos de guerra ou de paz (*A Noite*, 30 ago. 1942, p. 2, 1. ed.)<sup>9</sup>.

Outra instituição que ofertava cursos de especialização para a formação das Samaritanas era a Cruz Vermelha Brasileira<sup>10</sup>. Para lançar o curso, o jornal entrevistou a diretora da instituição, Maria Isolina Pinheiro, que detalhou a grade que seria ministrada às voluntárias e afirmou que aguardaria a participação massiva da mulher carioca (*A Noite*, 30 abr. 1942, p. 1-2, 2. ed.). Auxiliando na mobilização feminina, o jornal publicou cartaz da Cruz Vermelha que anunciava a abertura de inscrições para voluntárias na instituição, evidenciando estreita ligação do periódico com entidades ligadas à defesa passiva (*A Noite*, 3 set. 1942 p. 1, 2. ed.). Segundo a reportagem de *A Noite*, no primeiro dia de inscrição, os postos de cadastramento foram tomados por uma multidão de interessadas (*A Noite*, 14 set. 1942, p. 1-3, 1. ed.)<sup>11</sup>.

A Cruz Vermelha Brasileira gozava de grande simpatia não apenas do jornal, mas também de setores diversos da sociedade carioca: o cantor Pedro Vargas – que tinha, inclusive, seus shows amplamente anunciados no jornal -, além de compor uma canção em homenagem ao Exército Brasileiro, realizava apresentações em prol da instituição humanitária (*A Noite*, 12 dez. 1942, p. 1-5, 2. ed.). O Automóvel Clube do Rio de Janeiro, por sua vez, promoveu uma competição de veículos de passeio movidos a gasogênio que

---

LBA, foram as primeiras mulheres a participarem de manobras militares em estágio realizado no Exército (*A Noite*, 4 abr. 1943, p. 1-7, 1. ed.).

<sup>9</sup> Uma importante pesquisa sobre o papel desempenhado pelas enfermeiras brasileiras durante a Segunda Guerra Mundial foi desenvolvida por Oliveira (2007). Ver também da mesma autora sobre o processo de desmobilização das enfermeiras da instituição OLIVEIRA, A. B.; SANTOS, T. C. F. Entre ganhos e perdas simbólicas: A (des)mobilização das enfermeiras que atuaram na Segunda Guerra Mundial. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*. 2007 Set; 11(3):423-8.

<sup>10</sup> A Cruz Vermelha também realizava cursos de “padioleiros” voltados exclusivamente para homens voluntários. Existia uma clara distinção de gênero quando o assunto era atendimento em saúde: as mulheres cuidavam enquanto os homens carregavam os feridos (*A Noite*, 14 out. 1942, p. 4, 2. ed.).

<sup>11</sup> Em uma Parada da Juventude, as Samaritanas da Cruz Vermelha realizaram um “curso especial” de direção para poderem dirigir ambulâncias no desfile: no Estado Novo, a imagem contava (*A Noite*, 4 set. 1942, p. 1, 2. ed.). Era comum também o jornal produzir reportagens especiais sobre a Cruz Vermelha, ressaltando sua importância no contexto bélico da época, sobretudo, seu poder mobilizador da mulher brasileira (*A Noite*, 26 ago. 1942, p. 1-2, 2. ed.).

teve sua renda revertida na compra de uma ambulância para a entidade (*A Noite*, 11 jan. 1943, p. 1-2, 2. ed.). Lojistas da Avenida Rio Branco promoveram o concurso “Vitrines da Vitória”, competição que consistia na escolha da loja melhor adornada por temáticas relacionadas à vitória Aliada. O dinheiro arrecadado com os comerciantes foi igualmente encaminhado à Cruz Vermelha (*A Noite*, 29 nov. 1943, p. 1-3, 2. ed.). O apoio da sociedade civil, complementado pelo do Estado Novo, proporcionou, inclusive, a expansão das atividades da organização que, em pouco tempo, aumentou o número de postos de atendimento emergencial pela cidade (ver edições *A Noite*, 24 nov. 1942, p. 1-7, 2. ed.; 29 nov. 1942, p. 1, 1. ed.).

Em 1943, os cursos de Samaritanas e Voluntárias Socorristas estavam se expandindo pela Capital Federal, não sendo mais monopólio da Cruz Vermelha a formação dessas profissionais. A esposa do prefeito do Rio de Janeiro, Cecy Dodsworth, por exemplo, criou sua própria escola – com largo apoio da Prefeitura –, motivo de manchete para *A Noite* (*A Noite*, 30 mar. 1943, p. 1-7, 2. ed.). Naquele ano, a vinda ao Brasil da fundadora da Escola Anna Nery, Miss. L. C. Kieninger, acarretou a ampliação da rede de escolas da instituição no Brasil que deu continuidade na oferta de cursos rápidos de primeiros-socorros (*A Noite*, 30 maio 1943, p. 1-7, 1. ed.).

Por fim, era necessário também providenciar a formação das Voluntárias da Defesa Passiva, grupo ligado diretamente ao SDPAA. A primeira turma habilitada a atuar tanto nos exercícios de defesa passiva quanto na divulgação das ações coletivas de proteção foi formada pela Escola Técnica de Serviço Social do Rio de Janeiro (*A Noite*, 15 maio 1942, p. 1-2, 2. ed.). Como o curso não exigia tantas horas de preparação, tal como o das Socorristas e Samaritanas, diversas instituições atuavam na formação dessas voluntárias. A Prefeitura do Rio de Janeiro, por exemplo, promoveu o curso que teve grande procura de interessadas (*A Noite*, 29 ago. 1942, p. 8, 2. ed.). Até o DIP, que atuava mais como coordenador das ações de propaganda do SDPAA, criou seu próprio curso (*A Noite*, 2 set. 1942, p. 1-2, 1. ed.), promovendo a mesma formação realizada pela LBA (*A Noite*, 3 set. 1942, p. 2, 1. ed.).

A sociedade civil também atuava na mobilização para a guerra através do atendimento social e material às vítimas, familiares e soldados convocados. Diversas instituições sociais e empresas promoveram eventos visando a arrecadar fundos para esse

fim: o Clube das Vitórias Régias, por exemplo, organizou uma exposição de arte que teve sua renda revertida para as vítimas dos navios afundados pelo Eixo (*A Noite*, 20 maio 1942, p. 6, 1. ed.). A cantora Rosina da Rimini se apresentou no Cassino da Urca com o mesmo objetivo (*A Noite*, 27 ago. 1942, p. 3, 1. ed.). No Automóvel Clube do Rio de Janeiro, as “senhoras dos generais” das três armas realizaram um “chá” para angariar dinheiro para as vítimas brasileiras (*A Noite*, 29 ago. 1942, p. 2, 1. ed.). O jornal, servindo novamente de mediador, recebeu a bilheteria do recital de Pina Moncaco em benefício aos familiares enlutados (*A Noite*, 17 out. 1942, p. 3, 2. ed.). Por outro lado, alguns setores da sociedade carioca preferiram homenagear os mortos, tal como o fizeram alunos do Colégio Pedro II que mandaram realizar missa para as almas perdidas nos ataques (*A Noite*, 15 set. 1942, p. 1, 2. ed.).

Quanto à LBA, a organização da primeira dama também assistia a esse grupo de brasileiros desafortunados pela guerra: a instituição anunciou que até maio de 1943 já havia disponibilizado mais de trezentos mil cruzeiros, destinados a saldar dívidas de familiares de vítimas dos torpedeamentos nazistas. Cumprindo uma função estabilizadora da esfera privada, a organização pagava contas de luz, água, gás, farmácia e mercado para essas famílias (*A Noite*, 19 maio 1943, p. 8, 2. ed.). Algumas histórias eram especialmente resgatadas pelo periódico para sensibilizar o leitor, como o caso de “uma senhora” (não cita seu nome) que perdeu o esposo em ataque nazista, ficando ela com sete filhos pequenos para serem criados, teria sido prontamente atendida pela instituição de Darcy Vargas (*A Noite*, 6 jul. 1943, p. 8, 2. ed.).

Como a atuação da LBA era diversificada, a organização também criou uma campanha que alcançou grande repercussão em *A Noite*: as Hortas da Vitória. O projeto desenvolvido pela primeira dama foi apoiado entusiasticamente pelo vespertino que, tal como nas demais ações de Darcy, dedicava-lhe espaço privilegiado. A iniciativa consistia em incentivar e dar suporte material para a criação de hortas em residências, prédios públicos e privados e em terrenos subaproveitados. Em parceria com o SAPS (Serviço de Alimentação da Previdência Social), as Hortas da Vitória eram vistas pela LBA e por *A Noite* como parte da “Batalha da Produção”, visando a melhorar a oferta de legumes, verduras e hortaliças para a população. De acordo com o jornal, a criação de hortas nos quintais dos brasileiros era uma forma de estar “[...] ajudando a derrotar os inimigos do

Brasil” (*A Noite*, 28 jan. 1943, p. 8, 2. ed.). Um cartaz da campanha, publicado na capa do vespertino, trazia uma mulher empurrando um carrinho de mão repleto de legumes sob a chamada “O seu front de guerra... Principia no quintal”. Ao fundo da personagem, uma placa de rua com propaganda de um soldado em ação. Reforçando a mensagem, o periódico inseriu uma reportagem sobre o cartaz com o título “Faça, também, a sua ‘Horta da Vitória’” (*A Noite*, 21 jul. 1944, p. 1-9, 2. ed.)<sup>12</sup>.

A ideia de se criar roçados coletivizados surgiu em setembro de 1942, momento em que a crise de abastecimento ainda não parecia dar sinais de trégua. Baseado nas *Victory Garden’s* nos Estados Unidos e Inglaterra, o projeto foi inicialmente intitulado “Plantai para a Vitória” - parceria da LBA com o Ministério da Agricultura - e incentivava a população a ceder terrenos para que os “Monitores Agrícolas” (outra formação oferecida pela instituição) criassem hortas comunitárias pelo Brasil (*A Noite*, 22 set. 1942, p. 1-3, 2. ed.)<sup>13</sup>.

Em suma, a produção noticiosa analisada de *A Noite* demonstrou a existência de um deliberado esforço comunicacional do jornal no sentido de propagandear essas campanhas que, desenvolvidas pela sociedade e sob tutela estatal, buscaram incrementar o esforço de guerra. É de se supor que a sociedade civil se mobilizou para resolução de problemas de seu cotidiano que eram, em grande parte, ocasionados pelo conflito mundial, mas também, é válido ressaltar que o regime contou com *A Noite* como um aliado de peso no campo comunicacional. O periódico além de ceder amplo espaço em suas páginas para veicular as campanhas de mobilização civil - que constituíam parte do projeto de comunicação social do Estado Novo -, também se preocupou em promover ações que colaborassem tanto com esses movimentos tidos por “espontâneos” quanto com a ditadura. *A Noite*, seguindo a cartilha comunicacional do Estado Novo, mostrou-se um soldado aplicado, contribuindo com ações diversificadas que legitimavam o esforço de guerra coordenado por aquela ditadura.

---

<sup>12</sup> A Batalha da Produção não foi foco da presente análise, no entanto, desenvolvemos a abordagem desse temário no jornal em Tese de Doutorado defendida na FFLCH-USP: Silva, Vandrê Aparecido Teotônio da. *A Noite* do Estado Novo: um jornal a serviço da ditadura e vice-versa (1940-1946). Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: FFLCH-USP, 2018.

<sup>13</sup> A primeira Horta da Vitória foi instalada na Quinta da Boa Vista, Rio de Janeiro e contou com os primeiros Monitores Agrícolas formados pela LBA (*A Noite*, 23 fev. 1943, p. 1-3, 2. ed.). Para maiores informações sobre o projeto inicial, ver edições *A Noite*, 24 set. 1942, p. 1-3, 2. ed.; 1 out. 1942, p. 1-7, 2. ed. Sobre a influência estadunidense, ver *A Noite*, 11 fev. 1943, p. 1-3, 1. ed.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A *Noite*. Série Documental, janeiro a dezembro de 1942. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/noite/348970>. Acesso em: 15 de março de 2019.

ALSINA, Miguel R. *A construção da notícia*. Petrópolis: Vozes, 2009.

BARBOSA, Marialva. *História Social da Imprensa: Brasil, 1900 – 2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do Historiador: conversa sobre História e Imprensa. In: *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

CYTRYNOWICZ, Roney. *Além do estado e da ideologia: imigração judaica, Estado-Novo e Segunda Guerra Mundial*. Revista Brasileira de História. Vol. 22, nº 44. São Paulo: ANPUH, 2002.

\_\_\_\_\_. *Guerra sem guerra: mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Geração Editorial: Edusp, 2000.

FERRAZ, Francisco César. *Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

\_\_\_\_\_. *A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000)*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2002.

MURARD, L.; ZYLBERMAN, P. (Org.). *Le soldat du travail*. Paris: Recherches, 1978.

OLIVEIRA, A. B. *Signos do esquecimento: os efeitos simbólicos da participação das enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial (1943-1945)* [dissertação]. Rio de Janeiro (RJ): Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Enfermagem Anna Nery; 2007.

OLIVEIRA, A. B.; SANTOS, T. C. F. Entre ganhos e perdas simbólicas: A (des)mobilização das enfermeiras que atuaram na Segunda Guerra Mundial. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*. 2007 Set; 11(3):423-8.

**ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019**

SANTOS, T. C. F., BARREIRA, I. A. A mulher e a enfermeira na nova ordem social do Estado Novo. *Texto Contexto Enfermagem*. 2008 Jul-Set; 17(3):587-93.

Silva, Vandré Aparecido Teotônio da. *A Noite do Estado Novo: um jornal a serviço da ditadura e vice-versa (1940-1946)*. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: FFLCH-USP, 2018.

SIMILI, Ivana Guilherme. *Mulher e política: a trajetória da primeira dama Darcy Vargas (1930-1945)*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.